



Carta de Descartes a Elisabeth

Egmond-Binnen, setembro de 1646¹

Senhora,

Li o livro a respeito do qual Vossa Alteza me ordenou a lhe escrever minha opinião, e nele encontrei diversos preceitos que me parecem muito bons; como, entre outros, nos 19º e 20º capítulos: *Que um Príncipe deve sempre evitar o ódio e o desprezo de seus súditos, e que o amor do povo vale mais do que as fortalezas.* Mas há nele também muitos outros que eu não poderia aprovar. E creio que aquilo em que o autor mais falhou é que não fez distinção suficiente entre os Príncipes que adquiriram um Estado por vias justas e aqueles que o usurparam por meios ilegítimos; e que deu a todos, de modo geral, preceitos que não são próprios senão a esses últimos. Pois como, ao construir uma casa cujos fundamentos são tão maus que não poderiam sustentar muralhas altas e espessas, se é obrigado a fazê-las fracas e baixas, assim aqueles que começaram a se estabelecer por crimes são ordinariamente constringidos a continuar a cometer crimes, e não poderiam se manter se quisessem ser virtuosos.

É em relação a tais príncipes que ele pôde dizer, no capítulo 3: *Que eles não poderiam deixar de ser odiados por muitos; e que obtêm frequentemente mais vantagem em fazer muito mal do que em fazer pouco, porque as ofensas leves bastam para dar vontade de se vingar, e as grandes retiram o poder de fazê-lo.* Depois, no capítulo 15: *Que, se eles quisessem ser gente de bem, seria impossível que não se arruinassem entre o grande número de maliciosos que se encontra por toda parte.* E, no capítulo 19: *Que se pode ser odiado pelas boas ações tanto quanto pelas más.*

Sobre tais fundamentos ele apoia preceitos muito tirânicos, como o de querer *que se arruíne todo um país, a fim de dele permanecer o senhor; que se exerça grandes crueldades, contanto que seja prontamente e de uma só vez; que se trate de parecer homem de bem, mas que não se seja um verdadeiramente; que não se mantenha sua palavra senão enquanto ela for útil; que se dissimule, que se traia; e, enfim, para reinar, que se despoje de toda a humanidade, e que se torne o mais feroz de todos os animais.*

Mas é um péssimo motivo para fazer livros o de decidir fornecer tais preceitos, que, no fim das contas, não poderiam dar segurança àqueles para os quais ele os fornece; pois, como ele mesmo admite, *eles não podem se proteger do primeiro que quiser negligenciar sua vida para deles se vingar.* Ao invés disso, para instruir um bom príncipe, ainda que recentemente ele tenha entrado num Estado, parece-me que se devem propor a ele máximas inteiramente contrárias, e supor que os meios dos quais ele se serviu para se estabelecer foram justos; como, com efeito, creio que os são quase todos, quando os príncipes que os praticam os estimam tais; pois a justiça entre os soberanos tem outros limites que entre os particulares, e parece que nestas ocasiões Deus dá o direito àqueles aos quais dá a força. Mas as ações mais justas tornam-se injustas quando aqueles que as fazem pensam-nas tais.

Deve-se distinguir também entre os súditos, os amigos ou aliados, e os inimigos. Pois, em relação aos últimos, tem-se quase permissão de fazer tudo, contanto que disso se retire alguma

1 B Let 2280-2286; AT IV 486-493

vantagem para si ou para seus súditos; e não desaprovo, nesta ocasião, que se reúna a raposa com o leão, e que se junte o artifício à força. Compreendo mesmo, sob o nome de inimigos, todos aqueles que não são absolutamente amigos ou aliados, porque se tem o direito de lhes fazer guerra, quando se encontra nisso a própria vantagem, e que, começando a se tornarem suspeitos e temíveis, tem-se razão em deles desconfiar. Mas excetuo uma espécie de embuste, que é tão diretamente contrário à sociedade que não creio que seja jamais permitido dele se servir, ainda que nosso autor o aprove em diversos lugares, e que esteja demasiado em prática: trata-se de fingir ser amigo daqueles que se quer por a perder, a fim de poder mais bem surpreendê-los. A amizade é uma coisa demasiado santa para que se abuse dela de tal forma; e aquele que pôde fingir amar alguém, para traí-lo, merece que aqueles que, depois, ele quiser amar verdadeiramente, em nada o creiam e odeiem-no.

Em relação aos aliados, um príncipe lhes deve manter exatamente sua palavra, mesmo quando isto lhe é prejudicial; pois não o poderia ser tanto quanto lhe é útil a reputação de nunca deixar de fazer o que prometeu, e ele não poderia adquirir essa reputação senão por meio de tais ocasiões em que haja, para ele, alguma perda; mas, naquelas que o arruinariam inteiramente, o direito das gentes o dispensa de sua promessa. Ele deve também usar de muita circunspeção antes de prometer, a fim de poder sempre manter sua fidelidade. E ainda que seja bom ter amizade com a maioria de seus vizinhos, creio, no entanto, que o melhor é não ter absolutamente alianças estreitas senão com aqueles que são menos poderosos. Pois, por mais fidelidade que se proponha a ter, não se deve esperar o mesmo dos outros, mas estar certo de que se será enganado por eles todas as vezes que acharem vantajoso; e os que são mais poderosos podem achar isso quando quiserem, mas não os que o são menos.

Quanto aos súditos, há duas espécies deles: a saber, os grandes e o povo. Compreendo, sob o nome de grandes, todos aqueles que podem formar partidos contra o príncipe; da fidelidade deles, ele deve estar bem seguro; ou, se ele não o está, todos os políticos estão de acordo que ele deve empregar todos os seus cuidados em rebaixá-los, e que, enquanto estão inclinados a desordenar o Estado, ele não os deve considerar senão como inimigos. Mas, quanto aos seus outros súditos, ele deve sobretudo evitar seu ódio e seu desprezo; o que creio que ele pode sempre fazer, contanto que observe exatamente a justiça ao modo deles (quer dizer, seguindo as leis às quais estão acostumados), sem ser demasiado rigoroso nas punições, nem demasiado indulgente nos perdões, e que não se entregue inteiramente aos seus ministros, mas que, lhes deixando somente o encargo das condenações mais odiosas, testemunhe ter ele mesmo o cuidado de todo o resto; depois, também, que retenha de tal forma sua dignidade, que não abdique em nada das honras e das deferências que o povo crê que lhe sejam devidas, mas que não as demande absolutamente a mais, e que não faça aparecer em público senão suas ações mais sérias, ou aquelas que podem ser aprovadas por todos, reservando-se a desfrutar de seus prazeres em particular, sem que isto seja jamais às custas de ninguém; e, enfim, que seja imutável e inflexível, não aos primeiros desígnios que tenha formado em si mesmo, pois na medida em que não pode estar de olho em tudo, é necessário que peça conselho, e que ouça as razões de muitos antes de se resolver; mas que seja inflexível no tocante às coisas que terá testemunhado ter por resolvidas, mesmo que elas lhe fossem prejudiciais; pois dificilmente elas o podem se tanto quanto seria a reputação de ser leviano e volúvel.

Assim, desaprovo a máxima do capítulo 15: *Que, sendo o mundo muito corrompido, é impossível não se arruinar se se quiser ser sempre um homem de bem; e que um Príncipe, para se manter, deve aprender a ser malicioso quando a ocasião o requerer*; a não ser, talvez, que, por um homem de bem, ele entenda um homem supersticioso e simples, que não ousa travar batalha no dia do Sabá, e cuja consciência não possa estar tranquila se ele não mudar a religião de seu povo. Mas, pensando que um homem de bem é aquele que faz tudo aquilo que lhe dita a verdadeira razão, é certo que o melhor é tratar de sê-lo sempre.

Não creio, também, no que está no capítulo 19: *Que se pode tanto ser odiado pelas boas ações como pelas más*, senão na medida em que a inveja é uma espécie de ódio; mas este não é o sentido do autor. E os príncipes não costumam ser invejados pelo comum de seus súditos; eles o são somente pelos grandes, ou por seus vizinhos, aos quais as mesmas virtudes que lhes dão a inveja lhes dão também o temor; é por isso que jamais se deve abster de agir bem, para evitar essa espécie de ódio; e desta não há nenhuma que lhes possa prejudicar, a não ser aquela que vem da injustiça ou da arrogância que o povo julga neles estar. Pois vê-se mesmo que aqueles que foram condenados à morte não costumam em nada odiar seus juízes, quando pensam tê-la merecido; e sofre-se também com paciência os males que não se mereceu absolutamente, quando se crê que o príncipe, de quem se os recebe, está de algum modo constrangido a fazê-los, e que ele sente, nisto, desprazer; porque se estima que é justo que ele prefira a utilidade pública àquela dos particulares. Há somente dificuldade quando se é obrigado a satisfazer a dois partidos que julgam diferentemente quanto ao que é justo, como quando os imperadores romanos tinham de contentar os cidadãos e os soldados; em tal caso é razoável conceder alguma coisa a uns e alguma coisa a outros, e não se deve procurar trazer de um só golpe à razão aqueles que não estão acostumados a ouvi-la; mas deve-se tratar disso pouco a pouco, seja pelos escritos públicos, seja pelas vozes dos pregadores, seja por tais outros meios, para lhes fazê-la conceber. Pois, enfim, o povo suporta tudo o que se pode persuadi-lo ser justo, e se ofende com tudo aquilo que imagina ser injusto; e a arrogância dos príncipes, quer dizer, a usurpação de alguma autoridade, de alguns direitos, ou de algumas honras que ele crê não lhes serem absolutamente devidas, não o é odiosa senão porque a considera como uma espécie de injustiça.

De resto, não sou também da opinião deste autor no que diz em seu prefácio: *Que, tal como é necessário estar na planície para melhor ver a figura das montanhas, quando se quer esboçá-la, assim deve-se ser de condição privada para bem conhecer o ofício de um Príncipe*. Pois o esboço não representa senão as coisas que se veem de longe; mas os principais motivos das ações dos príncipes são frequentemente circunstâncias tão particulares que não se poderia imaginá-las a não ser que se seja ele mesmo um príncipe, ou bem que se tenha sido por muito tempo participante de seus segredos.

É por isso que eu mereceria ser escarnecido se pensasse poder ensinar alguma coisa a Vossa Alteza nesta matéria; também não é este o meu propósito, mas somente o de fazer com que as minhas cartas lhe deem alguma sorte de divertimento, que seja diferente daqueles que imagino que tenha em sua viagem, a qual desejo que seja perfeitamente feliz: como sem dúvida ela o será, se Vossa Alteza se resolver a praticar estas máximas que ensinam que a felicidade de cada um depende de si mesmo, e que é necessário se manter de tal forma fora do império da fortuna, que, ainda que não se percam as ocasiões de reter as vantagens que ela pode dar, não se pense, todavia, ser infeliz quando ela as recusar; e porque em todos os afazeres do mundo há uma quantidade de razões a favor e contra, que se detenha principalmente em considerar aquelas que servem para fazer com que se aprove as coisas que se vê acontecer. Tudo o que estimo como o mais inevitável são as doenças do corpo, das quais eu rogo a Deus que vos preserve; e sou, com toda a devoção que posso ter etc.

Tradução e nota:

Carmel Ramos (PPGLM/UFRJ), Felipe de Andrade (PUC-Rio) e Maxime Rovere (PUC-Rio).

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.